

NOTA DO EDITOR

Este livro compõe-se de uma coletânea de documentos sobre o Ano Mil e de um estudo dos mesmos feito por Georges Duby.

Ao produzirmos este livro, resolvemos seguir o critério adotado na edição original. Assim, em *itálico* aparece o estudo de Georges Duby e em redondo as transcrições dos documentos que integram esta obra.

OS TESTEMUNHOS

I

Conhecimento do Ano Mil

Um povo aterrorizado pela iminência do fim do mundo: no espírito de muitos homens de cultura, esta imagem do Ano Mil ainda hoje permanece viva, apesar do que Marc Bloch, Henri Focillon ou Edmond Pognon escreveram para a destruir, o que prova que os esquemas milenaristas ainda não perderam completamente, na nossa época, o seu poder de sedução na consciência coletiva. Esta miragem histórica instala-se assim facilmente num universo mental inteiramente disposto a acolhê-la. A história romântica herdava-a daqueles historiadores e arqueólogos que nos séculos XVII e XVIII haviam iniciado a exploração científica da Idade Média, dessa época obscura, subjugada, mãe de todas as superstições góticas que as Luzes começavam então a dissipar. E é, de facto, no fim do século XV, com os triunfos do novo humanismo, que aparece a primeira descrição conhecida dos terrores do Ano Mil. Esta corresponde ao desprezo que a jovem cultura do Ocidente professava face aos séculos sombrios e frustes de que saía e que renegava para olhar para além daquele abismo bárbaro, para a Antiguidade, seu modelo. No cerne das trevas medievais, o Ano Mil, antítese da Renascença, oferecia o espectáculo da morte e da prosternação estúpida.

Uma tal representação retira grande parte da sua força de todos os obstáculos que impedem de ver claramente este momento da história europeia. Com efeito, mal se pode dizer que o ano que foi o milésimo da encarnação de Cristo — segundo os cálculos inexatos do bispo Dinis, o Pequeno — possua uma existência, de tal modo é frouxo o núcleo de testemunhos sobre o qual se funda o conhecimento histórico. De modo que para atingir este ponto cronológico — e para constituir o dossier que aqui se apresenta — é necessário alargar de modo substancial o campo de observação e considerar o período de pouco mais de meio século que envolve o Ano Mil, entre os anos próximos de 980 e os de 1040.

Ainda assim, a visão permanece muito pouco distinta. Porque a Europa de então saía de uma profunda depressão. As incursões de pequenos bandos de assaltantes vindos do Norte, do Leste e do Sul tinham refreado os primeiros impulsos de crescimento que se desenvolveram timidamente na época carolíngia, provocando um retorno ofensivo da selvajaria e danificando, especialmente, os edifícios culturais que os imperadores do século IX se obstinavam em construir. Limitado ao topo da sociedade eclesiástica, o meio dos letrados foi tão maltratado após 860 que o uso da escrita, já muito restrito, se perdeu quase completamente. Foi por isso que o Ocidente do século X, região de florestas, tribos, feitiçaria, régulos que se odeiam e se traem, saiu pouco a pouco da história e deixou menos vestígios do seu passado do que o fez, sem dúvida, a África Central no século XIX, que tanto se lhe assemelha. Decerto, para a geração que precede o Ano Mil, a maior parte dos perigos e infortúnios tinha passado; piratas normandos virão ainda capturar princesas na Aquitânia para exigirem resgate e ver-se-ão os exércitos sarracenos cercar Narbona; acabaram, no entanto, as grandes agitações e sente-se que já começou o progresso lento e contínuo cujo movimento não deixou de arrastar, desde então, as regiões da Europa Ocidental. De imediato manifesta-se um despertar da cultura, um ressurgimento da escrita; logo reaparecem os documentos. A história do Ano Mil é pois possível. Mas é a de uma primeira infância: balbúcia, fabula.

A arqueologia

Na realidade, o historiador não utiliza apenas textos, e tudo o que a arqueologia recolhe para seu uso pode esclarecê-lo muito. O exemplo da Polónia mostra-lhe o que deve esperar de uma pesquisa atenta de todos os vestígios da vida material, da exploração das sepulturas e dos fundos das cabanas, da análise dos resíduos de uma ocupação antiga, conservados pela paisagem ou a toponímia de hoje. Com efeito, escavações recentes revelaram-lhe o que foram nas planícies polacas as «cidades» do Ano Mil, essas paliçadas de madeira e de terra encerrando em muralhas justapostas o palácio do príncipe e dos seus guerreiros, a catedral construída há pouco e o burgo dos artesãos domésticos. Na realidade, os arqueólogos polacos, checos, húngaros ou escandinavos, estimulados pela ausência quase total de textos relacionados com este período da sua história nacional, e obrigados a utilizarem outros materiais para a construir, situam-se na vanguarda de uma arqueologia da vida quotidiana. Em França, esta encontra-se ainda a experimentar as suas técnicas. Para a maior parte da Europa, o que se sabe dos começos do século XI provém, assim, de fontes escritas. Este livro pretende apresentar e comentar algumas delas, escolhidas num fundo documental que é, no entanto, singularmente restrito, mesmo para as regiões francesas, que se encontravam, naquele tempo, na vanguarda da renovação cultural.

As Cartas

Dos sessenta anos que enquadram o Ano Mil data uma certa quantidade de textos que não pretendiam relatar acontecimentos, mas que serviam para estabelecer direitos. Trata-se de diplomas notificando decisões reais, Cartas ou ofícios que se referem quase todos a transferências de possessões. Raras ainda em Inglaterra e no Norte da Alemanha, tais atas encontram-se nos arquivos de França, de Itália e da Alemanha do Sul, e em maior número do que os títulos análogos datando do século X ou mesmo da época carolíngia.

Nenhum período anterior da história europeia fornece tantas. O que não significa que naquela época os redatores tenham sido muito ativos. Eram-no talvez menos do que no século IX, certamente menos do que no século V. Mas, por um lado, eles empregavam um material, o pergaminho, muito mais sólido e durável do que o papiro da Alta Idade Média; por outro lado, e sobretudo, estes escritos foram conservados com mais cuidado. Possuíam, de facto, um valor essencial aos olhos dos monges e clérigos numa época em que numerosos estabelecimentos religiosos se encontravam em plena reforma, devendo, em consequência, fundamentar a sua restauração na reordenação sistemática da sua riqueza e, por isso mesmo, conservando precisamente todos os escritos que garantiam as suas prerrogativas, os diplomas e os privilégios reais, as cartas de doações, os acordos celebrados no passado com poderosos rivais. A escrita, com efeito, não deixava de ter a sua utilidade nas contestações judiciais. É certo que, à exceção dos homens da Igreja, ninguém mais naquela época sabia ler. Mas nas assembleias em que os mosteiros e bispados iam pleitear contra os usurpadores das suas possessões, os chefes de bando e os seus cavaleiros não ousavam desprezar abertamente os pergaminhos que os seus olhos podiam ver aqui e ali marcados com o sinal da cruz, e nos quais os homens capazes de os decifrar descobriam a memória precisa das transações antigas e o nome dos homens que delas haviam sido testemunhas. Desta época datam os primeiros arquivos, que são todos eclesiásticos, e aqueles cartulários em que os escribas da Igreja recopiavam — e classificavam — os múltiplos títulos isolados mantidos no armário das Cartas.

Estas coleções sofreram muito com o decorrer do tempo. Mas algumas encontram-se quase intactas em Itália e na Alemanha; em França, muitas foram alvo de transcrições sistemáticas antes da longa incúria do século XVIII e das dispersões do período revolucionário que lhes causaram grande dano. Dos arquivos da abadia de Cluny, por exemplo, foram salvas, do período que nos interessa, mais de mil e quatrocentas cartas e ofícios (como muitos deles não foram datados com precisão, é impossível uma enumeração exata). Estes escritos fornecem testemunhos insubstituíveis. Sem eles quase nada se saberia das condições económicas, sociais e jurídicas;

permitted entrever como se estabelecia a hierarquia dos estatutos pessoais, como se formavam os laços da vassalagem, como evoluíam os patrimónios, e lançam luzes raras sobre a exploração das grandes fortunas fundiárias. Mas os documentos deste tipo apenas são úteis no caso de serem densos. Só agrupando as indicações lacónicas contidas em cada um deles é que podemos, para algumas regiões privilegiadas, próximas dos estabelecimentos religiosos mais influentes da época, tentar servir-nos delas para reconstituir, não isentos de hesitações e de enormes lacunas, a rede das relações humanas. Em contrapartida, isolada, cada uma destas cartas nada diz, ou quase. Porque os escribas anteriores a meados do século XI permaneciam, na sua maioria, prisioneiros de modelos de redação antigos, mal adaptados às inovações do tempo presente; sob a sua pena, aquilo que constitui a modernidade do seu tempo permanece mascarado por vocábulos antiquados e pelas molduras esclerosadas da expressão. A grande subversão das relações políticas e sociais de que foi teatro o período que se ordena à volta do Ano Mil, esta verdadeira revolução, mais precoce nas regiões francesas, que faz surgir e instala por séculos as estruturas a que chamamos feudais, era, com efeito, demasiado recente, demasiado atual para se repercutir de imediato nos termos rituais da escrita jurídica, a mais rígida de todas, a mais morosa a prestar-se à expressão da novidade. Deste modo, para extrair de tais fontes todo o seu conteúdo é necessário estudá-las em rolos espessos, em séries. Separada das que a precedem, rodeiam e seguem, nenhuma destas atas oferece as riquezas que revelam à primeira leitura os escritos literários.

Estes, no tempo em que os historiadores apenas se ocupavam dos reis, dos príncipes, das batalhas e da política, forneciam ao erudito o essencial do seu alimento. Em contrapartida, foram negligenciados a partir do momento em que o exame do económico e do social se tornou o fim principal da pesquisa histórica. Ninguém se preocupava com eles ainda há dez anos. Mas eis que as curiosidades mais recentes, o esforço para reconstituir o que foram no passado as atitudes psicológicas, fazem deles novamente uma fonte essencial. São estes textos, portanto, que esta compilação, deliberadamente orientada para a história das mentalidades, quer pôr em evidência.

II

Os narradores

Obras literárias

Pobre literatura. A que era escrita, era-o em latim. Forjava-se no pequeno círculo dos letrados e apenas para uso próprio. Laços estreitos uniam-na às instituições escolares; por esta razão, ela está diretamente ligada ao renascimento carolíngio; vemo-la florescer, passada a tormenta, na haste débil que os pedagogos amigos de Carlos Magno tinham plantado, no fim do século VIII, na barbárie franca. Como todas as obras compiladas no tempo de Luís, o Pio e de Carlos, o Calvo, as do Ano Mil mostram-se fascinadas pelos modelos da antiguidade latina e aplicam-se estudiosamente a imitá-los. O que delas chegou até nós tem, portanto, que ver com os géneros praticados nas letras romanas e manifesta estreitas semelhanças com os auctores, as «autoridades» que eram conservadas nas bibliotecas do Ano Mil e comentadas pelos mestres. É, na verdade, o caso de quase todas as obras cujos extratos agrupei aqui — do poema dedicado ao rei de França, Roberto, o Pio, que escreveu no fim da sua vida, cerca de 1030, o bispo de Laon, Adalberão, velho intrigante, estreitamente ligado, como o tinham estado os prelados carolíngios, à política real —, das cartas que Gerberto, o papa do Ano Mil, escreveu e editou pensando em Plínio e Cícero — enfim, de todas as biografias de personagens sagradas, reis, santos ou abades, que se inspiram da literatura panegírica antiga, especialmente da Epitoma vitae regis Roberti pii, a vida do rei Roberto, que Helgaud, monge de Saint-Benoît-sur-Loire, redigiu entre 1031 e 1041. Quanto às obras propriamente históricas, elas merecem um exame mais atento.

Escrever a história

São relativamente abundantes. No tempo do renascimento carolíngio, que introduziu toda a cultura escrita num contexto estritamente eclesiástico, a preocupação em prolongar a tradição

romana e em seguir as pisadas de Tito Lívio ou de Tácito fora, com efeito, fortemente estimulada por uma outra atitude intelectual, a do sentido de duração inerente à religião cristã. Porque o cristianismo sacraliza a história; transforma-a em teofania. Nos mosteiros, que foram os principais focos culturais na época de Carlos Magno e que voltaram a sê-lo no Ano Mil, a prática da história integrava-se, muito naturalmente, nos exercícios religiosos. E quando alguns reformadores ciosos de ascetismo, que perseguiam até nos exercícios do espírito qualquer ocasião de prazer, levaram os monges a não mais frequentar as letras pagãs, os historiadores permaneceram praticamente os únicos, entre os autores profanados, a escapar à sua suspeita. Conhece-se, para um ano situado em meados do século XI, os livros distribuídos aos monges de Cluny para as suas leituras da Quaresma: na proporção de um em dez, os membros da comunidade receberam obras históricas, na maior parte cristãs: Beda, o Venerável, Orósio, José; mas também pagãs, como as de Tito Lívio. Considerava-se que os textos contendo a memória do passado podiam ajudar de duas maneiras essa grande obra de que as abadias eram então as oficinas, a construção do reino de Deus. Com efeito, ofereciam primeiro que tudo exemplos morais; podiam, portanto, guiar o cristão na sua progressão espiritual, avisá-lo contra os perigos e orientá-lo no bom caminho; eram edificantes. Por outro lado, e sobretudo, eram um testemunho da onipotência de Deus, que desde a Encarnação se havia ele próprio inserido na duração histórica; celebrando os atos dos homens que o Espírito Santo havia inspirado, manifestavam a glória divina.

No prólogo do seu livro *Das Maravilhas*, escrito por volta de 1140, o abade de Cluny, Pedro, o Venerável, define assim os méritos da obra histórica e a sua utilidade: Boas ou más, todas as ações que se produzem no mundo, pela vontade ou permissão de Deus, devem servir para a glória e edificação da Igreja. Mas se não são conhecidas, como podem contribuir para louvar a Deus e edificar a Igreja? *Escrever a história é, portanto, uma obra necessária, intimamente associada à liturgia; por vocação, cabe ao monge ser o seu principal artesão; é preciso incitá-lo a empreender a obra, e Pedro, o Venerável prossegue assim a sua exortação: A apatia que se abate sobre a esterilidade*

do silêncio é tão profunda que tudo o que se produziu nos últimos quatrocentos ou quinhentos anos na Igreja de Deus ou nos reinos da cristandade é, para nós como para qualquer outro, quase desconhecido. Entre a nossa época e as épocas que a precederam, a diferença é de tal ordem que conhecemos perfeitamente acontecimentos que remontam a quinhentos ou mil anos atrás, enquanto ignoramos os factos ulteriores, e aqueles mesmos que se deram nos nossos dias.

Quando, cem anos antes, Raul Glaber, o melhor historiador do Ano Mil, dedicava a sua obra a um outro abade de Cluny, Odilon, o que dizia era muito semelhante:

As justíssimas queixas que frequentemente ouvi exprimir pelos nossos irmãos de estudo, e algumas vezes por vós mesmo, impressionaram-me: nos nossos dias, não há ninguém para transmitir àqueles que virão depois de nós qualquer relato desses múltiplos acontecimentos, de modo nenhum negligenciáveis, que se manifestam tanto no seio das igrejas de Deus como entre os povos. O Salvador declarou que até à última hora do último dia faria acontecer coisas novas no mundo com a ajuda do Espírito Santo e com seu Pai. Em cerca de duzentos anos, desde Beda, padre na Grã-Bretanha, e Paulo, diácono em Itália, não houve ninguém que, animado de um tal projeto, tivesse deixado à posteridade o mais pequeno escrito histórico. Além disso, cada um deles fez unicamente a história do seu próprio povo, ou do seu país. Embora seja evidente que tanto no mundo romano como nas regiões de além-mar ou bárbaras se tenham passado muitas coisas que, confiadas à memória, poderiam ser muito úteis aos homens e conduzi-los muito especialmente à prudência. E poder-se-á dizer pelo menos o mesmo dos acontecimentos que, segundo se diz, se multiplicaram por volta do milésimo ano de Cristo nosso Salvador. Eis a razão pela qual, na medida das minhas possibilidades, obedeci à vossa recomendação e à vontade dos nossos irmãos.⁽¹⁾

⁽¹⁾ RAUL GLABER, *Histórias*, prólogo, publicadas por PROU, M., *Raoul Glaber. Les cinq livres de ses histoires (900–1044)* (Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire), Paris, A. Picard, 1897.

Nesta época, existiam quatro géneros de escritos históricos:

1. *Em primeiro lugar, os Anais, onde se anotava, ano por ano, os principais acontecimentos conhecidos. Esta forma tinha sido brilhantemente praticada nos mosteiros carolíngios. No Ano Mil, deles apenas permanecem resíduos cada vez menos abundantes. No manuscrito dos Annales Floriacensis, pertença da Abadia de Fleury, quer dizer, de Saint-Benoît-sur-Loire, somente sete anos posteriores ao Ano Mil são objeto de anotação, 1003, 1004, 1017, 1025, 1026, 1028, 1058–1060.⁽²⁾ Os Annales Beneventani⁽³⁾ foram continuados, em Santa Sofia de Benevento, até 1130; enquanto os Annales Viridunenses⁽⁴⁾, do mosteiro de Saint-Michel de Verdum, cessaram após 1034.*

2. *As Crónicas são anais retomados e elaborados por um autor que faz deles uma obra literária. Para a época que nos interessa, três obras deste género têm importância.*

a) *O Chronicon Novaliciense⁽⁵⁾ foi composto antes de 1050 na abadia de Novalaise, situada numa das grandes passagens dos Alpes e que, destruída pelos Sarracenos, tinha sido restaurada por volta do Ano Mil.*

b) *Devem-se oito livros de Crónicas⁽⁶⁾ ao bispo Thietmar de Merseburgo. Nascido em 976, filho de um conde saxão, este homem é um dos melhores representantes do florescimento cultural que conheceu a Saxónia, uma das regiões até então mais selvagens da Europa, até que os seus príncipes, no decorrer do século x, acederam à realeza germânica e depois ao Império. Nos seus castelos erigiram bispados (como Merseburgo, fundado em 968) e mosteiros que foram o local de uma nova renovatio, de um ressurgimento do renascimento*

⁽²⁾ Ver VIDIER, A., *L'Historiographie à Saint-Benoît-sur-Loire et les miracles de saint Benoît*, Paris, A. Picard, 1965.

⁽³⁾ Ver *Monumenta Germaniae Historica*, tomo III dos «Scriptores», pp. 173–185.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, tomo III dos «Scriptores», pp. 78–86.

⁽⁵⁾ *Ibid.*, tomo VII dos «Scriptores», pp. 79–133.

⁽⁶⁾ *Ibid.*, tomo III dos «Scriptores», pp. 798–871.

carolíngio. Educado no mosteiro de São João de Magdeburgo, Thietmar foi ordenado padre em 1003, ligou-se ao arcebispo local, graças ao qual em 1009 se tornou bispo. Escreveu no fim da sua vida as Crônicas, que levou a cabo até ao ano de 1008.

c) Adémar de Chabannes, tal como Thietmar, foi primeiro monge, depois acedeu ao sacerdócio e agregou-se a um círculo episcopal. Nascido por volta de 988, num ramo lateral de uma grande linhagem da nobreza limusina, tinham-no oferecido muito jovem à abadia de Saint-Cybard de Angolema. Mas dois dos seus tios ocupavam altos cargos no mosteiro de Limoges, onde se venerava o túmulo de São Marçal, o santo tutelar da Aquitânia. Atrairam Adémar para este importantíssimo centro cultural, onde se formou em Belas Letras. De regresso a Angolema, no meio dos padres ligados à catedral, dedicou-se a escrever. A sua Crónica⁽⁷⁾ é muito ampla, e tem a dimensão de uma verdadeira história, a de todo o povo Franco. Na verdade, os dois primeiros livros e metade do terceiro são apenas compilações; só a última parte é original e, quando ultrapassa o ano de 980, torna-se de facto uma crónica da aristocracia da Aquitânia. Correções e acrescentos posteriores alteram um texto que coloca graves problemas à crítica erudita.

3. Podem ser consideradas obras de história os Livros de Milagres que foram compostos nas grandes basílicas de peregrinação, na vizinhança dos relicários mais venerados, e cujo fim era precisamente divulgar o seu prestígio. Contam os prodígios operados pela virtude dos corpos santos. São obras compósitas; vários redatores, um após outro, recolheram episódios; devido a esta sucessão, a cronologia introduz-se na relação. Duas compilações deste género são muito importantes para o conhecimento de França por volta do Ano Mil.

a) Nesta época, a abadia de Fleury-sur-Loire era um dos focos mais brilhantes da vida monástica; situava-se próximo de Orleães, residência principal do rei de França; afirmava conservar as

(7) ADÉMAR DE CHABANNES, *Crónica*, publicada de acordo com os manuscritos por CHAVANON, J. (Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire), Paris, A. Picard, 1897.

reliquias de São Bento de Núrcia, patriarca dos monges do Ocidente. Cultivava-se aí, mais do que em qualquer outro local, o género histórico. Aimoin, autor de uma Historia Francorum, decidiu por volta de 1005 acrescentar dois livros a uma primeira recolha de Miracles, composta em honra de São Bento em meados do século IX. Tratou como historiador o livro II e introduziu a descrição dos prodígios numa narração de forte estrutura cronológica; porém, no livro III, classificou-os região por região. Num plano semelhante, André, um outro monge, elaborou depois de 1041 o relato de novos milagres; tal como os cronistas, introduziu alusões frequentes aos acontecimentos políticos, às intempéries, aos meteoros.⁽⁸⁾

b) Bernardo, antigo aluno da escola episcopal de Chartres e que dirigia, por volta de 1010, a de Angers, visitou, espantado, as reliquias de Santa Fé, em Conques; fez de novo a peregrinação por duas vezes e ofereceu ao bispo Fulberto de Chartres, um dos grandes intelectuais da época, uma narração das maravilhas que se realizavam perto da famosa estátua relicário. Este texto constitui os dois primeiros livros do Liber miraculorum sancte Fidis⁽⁹⁾; os outros dois são obra de um continuador do século XI.

4. Verdadeiras Histórias, não conhecemos então mais do que três:

a) Dudo, deão da colegiada de Saint-Quentin no Vermandois, redigiu para os «duques dos piratas» uma História dos Normandos, «três livros dos costumes e dos grandes feitos dos primeiros duques da Normandia», que termina no ano de 1002.

b) Quatro livros de História, que englobam um período compreendido entre 888 e 995, da autoria de Richer, monge de Saint-Remi de Reims.⁽¹⁰⁾

⁽⁸⁾ *Miracles de saint Benoît, écrits par Adrevald, Aimoin, André, Raoul Tortaire et Hugues de Sainte-Maure, moines de Fleury*, publicados por CERTAIN, E., Paris, Société de l'histoire de France, 1858. Este texto é criticado por A. VIDIER, *op. cit.*

⁽⁹⁾ BERNARDO, *Liber miraculorum sancte Fidis*, publicado por BOUILLET, A. (Collection de textes pour servir à l'étude et à l'enseignement de l'histoire), Paris, A. Picard, 1897.

⁽¹⁰⁾ RICHER, *Histoire de France*, organização e tradução de LATOUCHE, vol. II, Paris, Les Belles Lettres, 2019.

c) *Outro monge, ainda que instável e pouco dócil, Raul, dito Glaber, vagueou por diversos mosteiros borguinhões, onde os seus talentos literários o levaram a ser bem recebido apesar dos seus defeitos. Em Saint-Bénigne de Dijon, liga-se a Guilherme de Volpiano, herói intransigente da reforma religiosa, que o induz a tornar-se historiador. Consta que teria terminado em Cluny, por volta de 1048, cinco livros de Histórias, uma história do mundo desde o começo do século X, dedicada ao abade santo Odilon.⁽¹¹⁾ Raul não tem boa reputação. Dizem-no linguareiro, crédulo, inapto e o seu latim é considerado difuso. Convém não julgar a sua obra em função dos nossos hábitos mentais e da nossa própria lógica. Desde que se queira mergulhar no itinerário do seu espírito, este aparecerá imediata e distintamente como a melhor testemunha do seu tempo.*

⁽¹¹⁾ RAUL GLABER, *Histórias*, op. cit.

ÍNDICE

Os testemunhos	11
I Conhecimento do Ano Mil	11
II Os narradores	16
III Os testemunhos e a evolução cultural	23
IV Para uma história das atitudes mentais	27
1. O sentido da história	33
I O milésimo ano da encarnação	33
II A espera	37
2. Os mecanismos mentais	41
I Os estudos de Gerberto	41
II O ensino de Gerberto em Reims	46
III A instrução dos monges	51
3. O visível e o invisível	61
I As correspondências místicas	61
II A ordem social e sobrenatural	66
III Presença dos defuntos	72
IV Relíquias	76
V Milagres	82

4. Os prodígios do milénio	97
I Os sinais no céu	97
II Desordens biológicas	102
III A perturbação espiritual: a simonia	108
IV A inquietação herética	111
V A subversão do templo	117
5. Interpretação	121
I A deflagração do mal	121
II As forças benéficas	127
6. A purificação	133
I Exclusões	133
II Penitências individuais	139
III A paz de Deus	151
IV As peregrinações coletivas	157
7. A nova aliança	163
I A primavera do mundo	163
II A reforma da Igreja	165
III As novas igrejas	174
IV Ceifa de relíquias	179
8. O crescimento	181
I Propagação da fé	183
II A guerra santa	188
III Deus encarna-se	192
IV A cruz	198
Cronologia	203
Bibliografia	207